



Pedro Malan: anúncio de fim do deságio



Elena Landau: Governo só aceita dinheiro

O fracasso do marketing da dívida

Declaração de Elena melou estratégia

ADRIANA CHIARINI

BRASÍLIA — O Governo tinha uma estratégia de marketing para anunciar, semana passada, que os títulos da dívida externa seriam aceitos na privatização sem o deságio de 25% exigido até então. Queria sinalizar ao mercado financeiro internacional a disposição do Brasil de resgatar parte da dívida externa e, assim, reduzir o chamado risco Brasil — acréscimo a taxas de juros cobradas do Brasil nos empréstimos externos. O Ministério da Fazenda só não esperava que a diretora de desestatiza-

ção do BNDES, Elena Landau, dissesse que o Governo só aceitaria dinheiro vivo nas privatizações.

Elena Landau é subordinada ao ministro do Planejamento, José Serra, e não estava a par dos objetivos da mudança. As declarações de que a medida é inócua podem ter posto a perder a grande operação de marketing montada pelo Ministério da Fazenda para divulgar o fim do deságio, dizem técnicos da área econômica.

O anúncio da medida, sexta-feira, foi feito no Brasil e no exterior e por três autoridades econômicas em cidades diferentes. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou o fim do deságio num seminário no Hotel Waldorf Astoria em Nova York. O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, explicou a medida em entrevista

coletiva em São Paulo. O diretor de Assuntos Internacionais do BC, Gustavo Franco, por sua vez, expôs a mudança na PUC do Rio de Janeiro.

O diretor de Política Monetária do BC, Alkimar Moura, confirma que o objetivo da mudança era dar um sinal ao mercado internacional da boa vontade do Governo em resgatar os títulos da dívida e, assim, reduzir o risco Brasil.

O chefe do Departamento da Dívida Externa do BC (De-div-BC), José Linaldo de Aguiar, explicou que o fim do deságio para a privatização foi mais uma ação do governo brasileiro para baixar o risco Brasil e deveria aumentar o preço dos títulos da dívida no mercado secundário americano e reduzir os juros cobrados do país nos novos empréstimos externos.